

## **Ao Agente de Contratação do Setor de Licitações do Município de Campos Novos/SC**

Processo Licitatório n. 02/2026

Concorrência Eletrônica n. 01/2026

**VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 76.323.633/0001-00, com sede na Rua Saul Brandalise, n. 190, 6º andar, Centro, Videira/SC, CEP: 89.560-194, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, nos termos do artigo 164, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO**

no processo licitatório supramencionado.

#### **1. TEMPESTIVIDADE**

---

Preliminarmente, salienta-se que nos termos do art. 164, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, o prazo para impugnar edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, é de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Desta forma, sendo a data do certame dia 06/02/2026, tem-se que a data limite para impugnação/esclarecimentos é dia 03/02/2026.

Demonstrada, portanto, a tempestividade da presente impugnação.

#### **2. SUPORTE FÁTICO**

---

No dia 21 de janeiro de 2026 foi publicado o edital da Concorrência Eletrônica n. 01/2026, cujo objeto consiste na:

Contratação de empresa especializada na execução de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis e transporte e destinação final de resíduos volumosos do município de Campos Novos.

Todavia, com a devida vênia, o referido edital apresenta diversos aspectos que atentam contra sua regularidade e a legalidade do certame, comprometendo, assim, a igualdade de condições entre os licitantes, a competitividade e a transparência do procedimento.

Tais irregularidades, que prejudicam a lisura do processo licitatório e podem ensejar violação aos princípios regentes das contratações públicas, serão detalhadamente discutidas nos itens subsequentes desta impugnação.

Dessa forma, considerando a existência de falhas substanciais que comprometem o caráter competitivo do certame e a conformidade do edital à legislação vigente, torna-se necessária a apresentação desta impugnação, com vistas à correção dos aspectos controversos e à preservação da legalidade e equidade do procedimento licitatório.

### **3. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO QUE DEVE OBSERVAR OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A LICITAÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

Inicialmente, a Administração Pública, ao conduzir procedimentos licitatórios, está vinculada não apenas aos princípios constitucionais expressos no art. 37 da Constituição Federal, mas também aos princípios implícitos que norteiam a atividade administrativa, destacados no art. 5º da Lei 14.133/21, os quais assim estão disciplinados:

Art. 37. **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: [...]

Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade**, da impessoalidade, **da moralidade**, da publicidade, **da eficiência**, do interesse público, da **probidade administrativa**, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Nessa toada, a não observância destes princípios e das regras estipuladas na Lei 14.133/2021 torna o presente edital ilegal.

Desta forma, reitera-se que a elaboração das regras do edital deve atentar-se aos princípios primordiais que norteiam a Administração Pública.

### **4. Razões da impugnação**

---

Abaixo, as razões para acolhimento da presente impugnação.

#### **4.1 ILEGALIDADE/INADEQUAÇÃO DO MODO DE DISPUTA "ABERTO-FECHADO" E DA NECESSÁRIA ALTERAÇÃO PARA "FECHADO-ABERTO"**

---

O edital definiu o modo de disputa aberto-fechado, o que, no caso concreto, mostra-se inadequado ao objeto e insuficientemente motivado, com prejuízo à isonomia, à competitividade e à segurança da contratação, razão pela qual deve ser revisto.

É certo que, na modalidade concorrência, a Lei n. 14.133/2021 admite os modos de disputa aberto, fechado e suas combinações, entre elas o aberto-fechado e o fechado-aberto (art. 56).

Todavia, a eleição do modo não se exaure em previsão legal abstrata: deve ser justificada na fase preparatória, com demonstração de adequação ao objeto e às condições de mercado, considerando seus reflexos na competitividade e na obtenção da proposta mais vantajosa (art. 18, inciso VIII).

No modo aberto-fechado, após etapa inicial de lances públicos, o procedimento culmina em fase final sigilosa, com apresentação de lance fechado, sem visibilidade prévia dos valores ofertados pelos concorrentes. Trata-se de característica que, para o presente objeto (serviço contínuo e essencial), reduz a racionalidade competitiva na etapa decisiva, pois impede a reação informada dos licitantes e transforma a oferta final em decisão de alto risco.

No caso, a justificativa constante do Termo de Referência limita-se a afirmar, em termos genéricos, que:

[...] 1.2.2. A definição do critério de julgamento e da forma de parcelamento do objeto levou em consideração a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, aliando melhor preço, ampliação da concorrência, eficiência na prestação dos serviços, práticas usualmente adotadas pelo mercado e capacidade operacional e fiscalizatória do Município. [...]

Entretanto, tal motivação não demonstra concretamente por que o aberto-fechado seria o modelo mais adequado para contratação de coleta, transporte e destinação de resíduos, tampouco enfrenta os efeitos típicos do lance final sigiloso sobre a competição e a exequibilidade.

### **E é precisamente aqui que se evidencia o vício.**

Isso porque, ao contrário do pretendido pela Administração, o modo aberto-fechado, no contexto do objeto licitado, nega na prática os princípios da isonomia e da competitividade, pois:

1. Elimina a possibilidade de reação competitiva informada, na etapa decisiva do certame. Sem conhecer o lance final do concorrente, torna-se impossível ao licitante avaliar, com racionalidade econômica, a viabilidade de apresentar oferta melhor e ainda exequível. A competição, que deveria ser construída por ajustes sucessivos e transparentes em busca do melhor preço com sustentabilidade contratual, converte-se em um ambiente de “tiro no escuro”, em que a decisão de reduzir valores é tomada sem referência objetiva.
2. Gera assimetria material de condições entre licitantes, pois, em disputas de alta complexidade operacional (como coleta e destinação de resíduos), diferentes empresas possuem estruturas de custo muito distintas. Em um modo transparente, essas diferenças são naturalmente equalizadas pelo comportamento competitivo e pela possibilidade de reação sucessiva. Já no modo aberto-fechado, a etapa final sigilosa tende a favorecer estratégias agressivas e oportunistas – especialmente de agentes que apostam em lances artificialmente baixos para vencer e posteriormente renegociar, pleitear reequilíbrios, reduzir a qualidade da execução ou, em cenário mais grave, simplesmente inadimplir.

3. Estimula lances inexequíveis, criando um risco concreto de contratação de proposta que não se sustenta economicamente. Como o licitante desconhece o lance final do concorrente, muitas empresas são levadas a reduzir sua oferta sem base segura, apenas para aumentar a chance de vitória. Isso abre espaço para ofertas temerárias, dissociadas dos custos reais do serviço, fenômeno particularmente danoso em contratações de serviços essenciais e contínuos.

E aqui se impõe um destaque incontornável: o objeto licitado – coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos – é serviço essencial, de prestação contínua, e que não pode sofrer interrupções sem gravíssimo prejuízo sanitário, ambiental e social.

A experiência administrativa demonstra que, nesse tipo de contrato, propostas artificialmente baixas não raramente resultam em paralisações, execução deficiente, supressão de rotas, atrasos, ou mesmo rescisões, com necessidade de contratações emergenciais, onerando ainda mais o Município e comprometendo a finalidade pública.

Dessa forma, não se sustenta a manutenção do modo aberto-fechado apenas por estar previsto em lei, pois a impugnação se dirige à inadequação concreta do modelo ao objeto e à ausência de motivação específica, em descompasso com o art. 18, VIII, e com os princípios da competitividade, isonomia, planejamento, motivação, julgamento objetivo e segurança jurídica (art. 5º da Lei 14.133/2021).

Por tais razões, requer-se o acolhimento da presente impugnação para que o edital seja retificado, alterando-se o modo de disputa para fechado-aberto, com a consequente republicação e reabertura de prazos, se necessário, a fim de assegurar competição efetiva, seleção de proposta exequível e maior segurança na execução contratual.

#### 4.2 INCONSISTÊNCIA DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DO LOTE 01 - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE CUSTOS PARA MOTORISTA E COLETORES RESERVA

---

No mais, em relação ao Lote 01, verifica-se relevante inconsistência entre as exigências operacionais constantes do instrumento convocatório e o orçamento estimativo apresentado pela Administração, o que compromete a adequada formação de preços pelos licitantes e potencializa riscos de inexequibilidade e de desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

O Edital exige, para o Lote 01, a disponibilização dos seguintes recursos mínimos:

<b>LOTE 01</b>	<p>a) <b>Equipamentos:</b> 03 (três) caminhões equipados com caçamba coletora compactadora, com capacidade mínima de 15 m³, com carregamento traseiro e sistema de rastreamento veicular, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, contados da data da sessão de abertura da licitação; 01 (um) caminhão caçamba para o transporte até o destino final com capacidade mínima de 47 m³, sistema de rastreamento veicular, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, contados da data da sessão de abertura da licitação;</p> <p>b) <b>Equipe:</b> 03 (três) Motoristas/Operadores de Máquina; 01 (um) <b>Motorista Reserva</b>; 09 (nove) coletores; 03 (três) <b>Coletores Reserva</b>; 01 (um) Profissional Encarregado pela Equipe; 01 (um) operador de balança;</p>
----------------	---

Todavia, ao se examinar a planilha de composição de custos do Lote 01, constata-se que o orçamento estimativo não evidencia, de maneira clara, a contabilização integral dos custos relativos a essa estrutura de "reservas".

Com efeito, a planilha prevê 03 motoristas de caminhão coletor e 01 motorista de caminhão basculante, totalizando quatro motoristas, sem discriminar o posto específico de motorista reserva exigido pelo Edital.

<b>1.2 Motorista Caminhão Coletor</b>					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.385,00	2.385,00	
Salário mínimo nacional	mês	1	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	21,68	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	16,26	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de Insalubridade	%	0	1.518,00	-	
<b>Soma</b>				<b>2.385,00</b>	
Encargos Sociais	%	71,80	2.385,00	1.712,43	
<b>Total por Motorista</b>				<b>4.097,43</b>	
Total do Efetivo	homem	3	4.097,43	12.292,29	
Fator de utilização				1	<b>12.292,29</b>
<b>1.3 Motorista Caminhão Basculante</b>					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.385,00	2.385,00	
Salário mínimo nacional	mês	1	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	21,68	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	16,26	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de Insalubridade	%	0	1.518,00	-	
<b>Soma</b>				<b>2.385,00</b>	
Encargos Sociais	%	71,80	2.385,00	1.712,43	
<b>Total por Motorista</b>				<b>4.097,43</b>	
Total do Efetivo	homem	1	4.097,43	4.097,43	
Fator de utilização				1	<b>4.097,43</b>

Do mesmo modo, embora haja previsão de coletores, a planilha não apresenta, de forma transparente e objetiva, a rubrica correspondente aos 03 coletores reserva como postos adicionais obrigatórios, na exata conformidade da equipe mínima indicada no instrumento convocatório:

1.1 Coletor de Resíduos - Caminhão Coletor

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.730,00	1.730,00	
Salário mínimo nacional	mês	1	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	15,73	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	11,80	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.518,00	607,20	
<b>Soma</b>				<b>2.337,20</b>	
Encargos Sociais	%	71,80	2.337,20	1.678,11	
<b>Total por Coletor</b>				<b>4.015,31</b>	
Total do Efetivo	homem	9	4.015,31	36.137,79	
Fator de utilização				1	<b>36.137,79</b>

A omissão/insuficiência de detalhamento desses custos não é irrelevante, pois representa, na prática, um requisito de continuidade operacional, especialmente porque o objeto licitado diz respeito a serviço público essencial, cuja paralisação ou queda de desempenho gera impactos sanitários, ambientais e sociais graves.

Se o Edital impõe uma equipe de reservas, é porque reconhece que ausências e intercorrências são previsíveis (afastamentos, férias, faltas, licenças, rotatividade), e que o serviço precisa ser mantido sem interrupção. Logo, a manutenção de pessoal reserva implica custo real e contínuo, que deve estar refletido no orçamento estimativo para que os licitantes consigam formular propostas adequadas e comparáveis.

Inclusive, importa destacar que a inclusão efetiva dessa estrutura de reservas produz um incremento considerável no valor, pois não interfere apenas na rubrica de salário e encargos. Há reflexos diretos em custos acessórios obrigatórios, tais como EPIs, vale-alimentação/vale-refeição (VA), uniformes, treinamentos, eventuais adicionais previstos em norma coletiva, seguros e demais despesas correlatas.

Em outras palavras: a reserva não é um “custo eventual”; é um componente estrutural do contrato e, por isso, deve ser explicitamente precificado.

A manutenção desse cenário, com orçamento estimativo que não reflete com clareza os custos exigidos pelo próprio Edital, conduz a consequências previsíveis e graves:

- (i) induz licitantes a formular propostas com base em premissas econômicas incompletas;
- (ii) favorece lances artificialmente baixos, distorcendo a competição;
- (iii) eleva o risco de contratação de proposta inexecutável, com execução deficiente ou até interrupção do serviço; e

- (iv) cria ambiente propício para futuros pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, pois o particular vencedor poderá sustentar que foi compelido a manter estrutura permanente (motorista e coletores reserva) sem que o custo-base do certame a tivesse refletido adequadamente.

Trata-se, portanto, de vício que afeta não apenas o equilíbrio contratual, mas o próprio interesse público, diante do caráter essencial da coleta de resíduos.

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação do orçamento estimativo e da planilha do Lote 01, a fim de que se passe a contemplar os custos correspondentes ao motorista reserva e aos coletores reserva, com todos os reflexos trabalhistas e operacionais (EPIs, VA e demais itens), garantindo-se a adequada formação de preços, a isonomia entre os licitantes e a mitigação de riscos de inexecução e de desequilíbrio econômico-financeiro contratual.

#### 4.3 IMPROPRIEDADE DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DO LOTE 01 QUANTO AO ITEM 4.2 - VALOR DO "TERRENO TRANSBORDO" (LOCAÇÃO) SEM ADERÊNCIA AO MERCADO E SEM TRANSPARÊNCIA

Não suficiente, no Lote 01, verifica-se vício adicional no Item 4.2 da planilha orçamentária, relativo ao custo de "Terreno Transbordo", o qual foi estimado em R\$ 585,00/mês.

##### 4.2 Terreno Transbordo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Locação Imóvel	unidade	1	585,00	585,00	585,00

Ocorre que a Administração simplesmente atribui um valor fixo para a rubrica de locação/terreno (transbordo), **sem apresentar qualquer memória de cálculo, parâmetros mínimos do imóvel/terreno ou pesquisa de mercado que sustente o montante indicado.**

A falha é material, pois o orçamento estimado deve ser elaborado com compatibilidade com os preços praticados no mercado e com método idôneo de estimativa, conforme determina o art. 23 da Lei n. 14.133/2021. Em outras palavras: não basta indicar um valor; é necessário demonstrar como se chegou a ele, especialmente quando se trata de rubrica que impacta diretamente a formação das propostas.

No caso, a rubrica "Terreno Transbordo", tal como apresentada, não esclarece, minimamente:

- (i) qual imóvel/terreno serviu de referência;
- (ii) localização aproximada (perímetro urbano/rural e condições de acesso);
- (iii) área/módulo mínimo necessário;
- (iv) condições de infraestrutura compatíveis com a finalidade (pátio, manobra, fechamento, segurança, iluminação, drenagem e demais exigências operacionais); e

- (v) metodologia utilizada na pesquisa de preços (fontes, amostras e critérios).

Sem esses dados, os licitantes ficam impossibilitados de aferir se a estimativa é realista e compatível com a realidade local.

Além disso, a consequência prática é relevante: se o valor estiver subestimado, o custo real será deslocado para a execução contratual, aumentando o risco de propostas inexequíveis, execução deficitária e futuros pleitos de recomposição. Se estiver superestimado, haverá potencial elevação artificial do custo global, com prejuízo à obtenção da proposta efetivamente mais vantajosa.

Em ambos os cenários, a falta de transparência do orçamento estimativo compromete a isonomia e a competitividade do certame, pois distorce a formação das propostas e a análise de exequibilidade.

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação do Item 4.2 do Lote 01 ("Terreno Transbordo"), com a apresentação da justificativa e memória de cálculo do valor adotado.

#### 4.4 INCONSISTÊNCIA DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DO LOTE 02 - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DO CUSTO DO COLETOR RESERVA

Do mesmo modo, em relação ao Lote 02, verifica-se incoerência relevante entre os requisitos operacionais impostos pelo instrumento convocatório e a planilha de composição de custos que fundamenta o orçamento estimativo, o que compromete a adequada formação de preços pelos licitantes e fragiliza a racionalidade econômica do certame.

Consoante dispõe o Edital, para a execução do Lote 02 a contratada deverá disponibilizar:

<b>LOTE 02</b>	<p>a) <b>Equipamentos:</b> 01 (um) caminhão do tipo caçamba coletora compactadora com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, e equipado com sistema de som externo, com sistema de rastreamento veicular, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, contados da data da sessão de abertura da licitação;</p> <p>b) <b>Equipe:</b> 01 (um) Motorista/Operador de Máquina; 02 (dois) Coletores; 01 (um) Coletor reserva; 01 (um) Profissional Encarregado pela Equipe; 01 (um) operador de balança;</p>
----------------	--

Todavia, ao se analisar a planilha de custos correspondente ao Lote 02, constata-se que, embora haja previsão de mão de obra principal, não há previsão clara e específica do custo do "coletor reserva" como posto adicional obrigatório, em desconformidade com o quadro mínimo de equipe exigido.



## 1. MÃO-DE-OBRA

### 1.1 Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.730,00	1.730,00	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	15,73	-	

Horas Extras (50%)	hora	0,00	11,80	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.518,00	607,20	
<b>Soma</b>				<b>2.337,20</b>	
Encargos Sociais	%	71,80	2.337,20	1.678,11	
<b>Total por Coletor</b>				<b>4.015,31</b>	
Total do Efetivo	homem	2,00	4.015,31	8.030,62	
Fator de utilização				1	<b>8.030,62</b>

A planilha, assim, deixa de refletir integralmente as premissas econômicas que decorrem diretamente das condições de execução descritas no Edital.

Essa omissão não é meramente formal. A ausência de contabilização do custo do coletor reserva repercute na própria competitividade do certame e na obtenção da proposta mais vantajosa, pois induz os licitantes a formularem propostas com base em orçamento estimativo subdimensionado, favorecendo lances artificialmente baixos e aumentando, por consequência, o risco de inexequibilidade.

Em serviços essenciais, como a coleta de resíduos, o problema se acentua: a exigência de reserva existe justamente para evitar descontinuidade, mas, se seu custo não for internalizado no orçamento e nas propostas, cria-se um ambiente propício a falhas na execução e a disputas contratuais futuras.

Conforme já explanado nos capítulos anteriores, cumpre destacar que a correção dessa lacuna não implica mero ajuste marginal. A inclusão de um coletor reserva afeta de modo relevante o custo global, pois envolve não apenas salário e encargos, mas também reflexos diretos em itens acessórios obrigatórios, como EPIs, vale-alimentação/vale-refeição (VA), uniformes, treinamentos, eventuais adicionais previstos em norma coletiva, seguros e demais despesas correlatas.

Logo, a ausência de previsão do posto de reserva compromete o orçamento e, inevitavelmente, culminará em distorções no resultado do certame.

Assim, a manutenção de planilha que não contempla custos obrigatórios exigidos pelo próprio Edital tende a produzir um cenário de contratação vulnerável: ou o licitante vencedor não manterá efetivamente a reserva (violando o edital e prejudicando a continuidade do serviço), ou manterá e buscará, posteriormente, recomposição por reequilíbrio econômico-financeiro, transferindo ao Município o custo que deveria ter sido previamente dimensionado e refletido no orçamento da licitação.

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação do orçamento estimativo e da planilha do Lote 02, de modo a contemplar os custos correspondentes ao coletor reserva, com todos os reflexos trabalhistas e operacionais (EPIs, VA e demais itens).

#### 4.5 ALÍQUOTA DE ISS DIVERGENTE DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO

Ainda, verifica-se, em todas as planilhas orçamentárias (todos os lotes/itens), que a composição do BDI adotado pela Administração contempla ISS no percentual de 2,5%.

##### Lote 01

3. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas				Referência estudo TCE/RS		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,98%		2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,20%		0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	9,30%		7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	1,12%		i	15,00%	
<b>Tributos - ISS</b>	<b>T</b>	<b>2,50%</b>		DU	20	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%				
Fórmula para o cálculo do BDI:						
$\{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T)\} - 1$						
<b>Resultado do cálculo do BDI:</b>				<b>25,04%</b>	21,43%	27,17%
					33,62%	

##### Lote 02

3. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas				Referência estudo TCE/RS		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,98%		2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,20%		0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	9,30%		7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	1,12%		i	15,00%	
<b>Tributos - ISS</b>	<b>T</b>	<b>2,50%</b>		DU	20	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%				
Fórmula para o cálculo do BDI:						
$\{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T)\} - 1$						
<b>Resultado do cálculo do BDI:</b>				<b>25,04%</b>	21,43%	27,17%
					33,62%	

### Lote 03

3. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas					
			Referência estudo TCE/RS		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	4,98%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,20%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	9,30%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	1,12%	i	15,00%	
<b>Tributos - ISS</b>	<b>T</b>	<b>2,50%</b>	DU	20	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$\frac{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)]}{(1-T)} - 1$					
<b>Resultado do cálculo do BDI:</b>			<b>25,04%</b>	21,43%	33,62%

Ocorre que, conforme o Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 01/02), para a atividade correspondente ao objeto licitado — “varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer” (subitem 7.09) — a alíquota aplicável é de 3%.

07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%
-----	-----	---	----

**Assim, há divergência objetiva entre a premissa tributária utilizada no orçamento estimativo e a legislação municipal que rege o tributo.**

Ora, o ISS é tributo municipal incidente sobre a prestação do serviço e, portanto, integra a estrutura de custos do contrato; Ao adotar alíquota inferior à efetivamente exigível, o orçamento estimativo e as planilhas ficam subdimensionados, distorcendo a referência econômica do certame e induzindo os licitantes a formarem propostas com base em premissa tributária incorreta.

Esse ponto, inclusive, encontra amparo direto no entendimento consolidado do TCU sobre a composição do BDI. Ao tratar da incidência do ISS para fins de orçamento, o Tribunal, no TC 036.076/2011-2, registrou que a Administração deve enfrentar, no cálculo, “a definição da base de cálculo e da alíquota a ser considerada” e que **a composição do BDI deve observar a legislação tributária do(s) município(s) onde os serviços serão prestados, considerando a base e a alíquota fixadas localmente.**<sup>1</sup>

Logo, manter o ISS no BDI em percentual inferior ao previsto no Código Tributário Municipal compromete:

<sup>1</sup> [https://portal.tcu.gov.br/data/files/B9/A7/90/68/73D0E410504D80E42A2818A8/036.076-2011-2%20processo%20administrativo%20BDI\\_0.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/B9/A7/90/68/73D0E410504D80E42A2818A8/036.076-2011-2%20processo%20administrativo%20BDI_0.pdf). Acessado em: 02/02/2026.

- (i) **reduzir artificialmente** o custo estimado do serviço;
- (ii) **comprometer a análise de exequibilidade**, pois os preços de referência não refletem a carga tributária efetiva; e
- (iii) **aumentar o risco de controvérsia na execução**, inclusive com discussão posterior sobre recomposição de custos quando da emissão de NFS-e e recolhimento do ISS na alíquota correta.

Sob o prisma legal, trata-se de inconsistência que afronta o dever de planejamento e a necessidade de que o valor estimado seja compatível com os preços praticados no mercado, com metodologia idônea, conforme determina o art. 23 da Lei n. 14.133/2021, além de comprometer a busca por proposta efetivamente vantajosa e exequível (arts. 11 e 18, VIII) e os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da competitividade e da segurança jurídica (art. 5º).

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação do BDI e a revisão das planilhas/orçamento estimativo de todos os lotes/itens, a fim de que o ISS seja recalculado com a alíquota correta (3%), com a consequente atualização dos valores de referência do certame e, a republicação do edital e reabertura de prazos.

#### 4.6 DIVERGÊNCIA DE QUANTITATIVOS ENTRE TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHAS – SUBDIMENSIONAMENTO DAS QUANTIDADES (LOTES 01 E 03) - NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO

Outrossim, verifica-se inconsistência material entre os quantitativos previstos no Termo de Referência e aqueles considerados nas planilhas orçamentárias, circunstância que compromete a correta estimativa do valor da contratação e induz à formulação de propostas com base em premissas divergentes.

Conforme consta do Termo de Referência e nas planilhas orçamentárias, os quantitativos mensais (conforme o instrumento) seriam:

<i><b>Item</b></i>	<b>Termo de Referência</b>	<b>Planilha Orçamentária</b>
<i>Lote 01</i>	800 toneladas	667 toneladas
<i>Lote 03</i>	200 toneladas	165 toneladas

Trata-se de discrepância objetiva e relevante, pois as planilhas orçamentárias e o orçamento estimativo devem refletir, com fidelidade, as condições de execução definidas pela Administração. Quando a planilha adota quantitativos inferiores aos estabelecidos no TR, o certame passa a operar com orçamento subdimensionado, o que gera efeitos práticos imediatos.

Sob o enfoque jurídico, a inconsistência viola o dever de planejamento e coerência interna do procedimento (art. 18 da Lei n. 14.133/2021) e compromete a confiabilidade do valor estimado, que deve ser elaborado com metodologia idônea e compatível com a realidade da contratação (art.

23), além de afetar os objetivos do certame e os princípios de julgamento objetivo, transparência, competitividade e segurança jurídica (arts. 11 e 5º).

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a harmonização dos quantitativos entre Termo de Referência e planilhas, com a retificação das planilhas/orçamento estimativo para que passem a refletir exatamente os volumes previstos no TR.

#### 4.7 UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO DE 2025 (R\$ 1.518,00) EM DETRIMENTO DO VIGENTE EM 2026 (R\$ 1.621,00) - NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO

Consta das planilhas de composição de custos que a Administração utilizou como parâmetro remuneratório o salário-mínimo vigente em 2025 (R\$ 1.518,00), conforme demonstram as rubricas de mão de obra indicadas no print abaixo, utilizando-se apenas uma planilha como exemplo:

1.1 Coletor de Resíduos - Caminhão Coletor					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.730,00	1.730,00	
Salário mínimo nacional	mês	1	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	15,73	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	11,80	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.518,00	607,20	
<b>Soma</b>				<b>2.337,20</b>	
Encargos Sociais	%	71,80	2.337,20	1.678,11	
<b>Total por Coletor</b>				<b>4.015,31</b>	
Total do Efetivo	homem	9	4.015,31	36.137,79	
Fator de utilização				1	<b>36.137,79</b>

Ocorre que, **a partir de 1º de janeiro de 2026, o salário-mínimo nacional passou a ser de R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)**, nos termos do Decreto n. 12.797, de 23 de dezembro de 2025, que fixou expressamente o novo valor e estabeleceu sua vigência a partir de 01/01/2026:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2026, o valor do salário mínimo será de R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 54,04 (cinquenta e quatro reais e quatro centavos) e o valor horário, a R\$ 7,37 (sete reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Ressalte-se, ainda, que o edital foi publicado em 21/01/2026, ou seja, quando o salário-mínimo de R\$ 1.621,00 já estava vigente, de modo que não se justifica a adoção de parâmetro remuneratório defasado na elaboração do orçamento estimativo.

A inconsistência é material, pois a utilização de salário-mínimo inferior ao vigente subdimensiona diretamente os custos de mão de obra, com reflexos imediatos em encargos e demais componentes associados (INSS, FGTS, férias, 13º, adicionais e provisões trabalhistas), impactando

o valor global estimado e, por consequência, a formação das propostas e a análise de exequibilidade.

A adoção de salário-mínimo defasado distorce o orçamento estimativo e o julgamento de exequibilidade, contrariando o dever de planejamento e de estimativa compatível com as condições reais da contratação (arts. 18 e 23), além dos princípios da transparência, do julgamento objetivo e da segurança jurídica (art. 5º).

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação das planilhas e do orçamento estimativo, com a atualização do parâmetro de mão de obra para o salário-mínimo vigente em 2026 (R\$ 1.621,00), nos termos do Decreto n. 12.797/2025.

#### 4.8 SUBDIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DE VEÍCULOS NAS PLANILHAS (TODOS OS LOTES) – INCOMPATIBILIDADE COM O VALOR DE MERCADO DEMONSTRADO POR COTAÇÕES ANEXAS – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

---

As planilhas de custos que instruem o certame adotam, para os veículos vinculados à execução dos serviços (chassis e, quando aplicável, chassis + implemento), valores de aquisição que não guardam compatibilidade com o mercado, conforme demonstram as cotações atuais anexas.

A discrepância é objetiva e relevante: os preços praticados atualmente superam, de modo sensível, aqueles considerados como premissa econômica nas planilhas, o que desestrutura a referência de custos do certame, prejudica a formulação de propostas em bases realistas, fragiliza a análise de exequibilidade e favorece distorções competitivas.

Esse vício não é meramente formal. Em contratações com relevante componente de frota, o custo de aquisição do veículo é insumo estruturante, repercutindo em depreciação, remuneração do capital, seguros, manutenção e demais parcelas correlatas.

Por isso, a Lei n. 14.133/2021 exige que o orçamento estimativo seja produzido com metodologia idônea e compatível com os preços de mercado (art. 23), e que, na fase preparatória, a Administração defina parâmetros que conduzam à proposta verdadeiramente vantajosa, avaliando impactos econômicos e reflexos na competição (art. 18, inciso VIII), sempre sob os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da competitividade e da segurança jurídica (art. 5º).

Quando a planilha parte de custo-base inferior ao real, o certame passa a operar com premissa econômica artificial, com risco concreto de propostas inexequíveis e disputas posteriores na execução.

Ademais disso, a legislação e a jurisprudência do TCU dispõem que a estimativa de custos unitários deve ser realizada com base nos preços de mercado, e não com base nos preços dos potenciais participantes do processo de contratação.

De acordo com o entendimento do Tribunal, a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo, ainda, serem adotadas outras fontes como parâmetro, como contratações similares

realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referenciamento de custos (Acórdão 853/2014-TCU-Primeira Câmara e 2.816/2014-Plenário).

Com o objetivo de evidenciar a inconsistência e permitir o controle por este órgão de contratação, apresentam-se abaixo, por lote/itens, os comparativos entre os valores lançados nas planilhas e os valores constantes das cotações anexas.

#### 4.8.1 Lote 01 – Coleta convencional (chassi Atego 1726)

Na planilha do Lote 01, relativa à coleta convencional, consta:

##### 3. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

##### 3.1 Depreciação

##### 3.1.1 Veículo Coletor (Compactador 15 m³)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	3	496.500,00	1.489.500,00	
Vida útil do chassi	anos	10			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	65,18	1.489.500,00	970.856,10	
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>970.856,10</b>	<b>8.090,47</b>	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	225.040,14	225.040,14	

Ocorre que a cotação anexada para o modelo Atego 1726 indica o valor de R\$ 562.000,00, demonstrando diferença relevante, apta a comprometer a fidedignidade do custo-base utilizado.

Para demonstrar objetivamente a discrepância, apresenta-se o comparativo abaixo entre o valor constante da planilha do Lote 01 e o valor da cotação anexa:

Item (Lote 01)	Valor na planilha	Valor na cotação	Diferença	% (cotação vs. planilha)
<b>Coleta convencional – Chassi (Atego 1726)</b>	R\$ 496.500,00	R\$ 562.000,00	R\$ 65.500,00	13,19%

A adoção de custo inferior ao de mercado, aqui, não apenas reduz artificialmente a base de cálculo de componentes correlatos, como também induz os licitantes a precificarem o item com referência subdimensionada, comprometendo a comparabilidade de propostas e o próprio controle de exequibilidade.

#### 4.8.2 Lote 01 – Veículo caçamba basculante (custo do chassi sem aderência ao mercado e sem suporte demonstrado)

Ainda no Lote 01, a planilha registra para o veículo caçamba basculante:



### 3.1.3 Veículo Transporte - Caçamba Basculante

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	667.400,00	667.400,00	
Vida útil do chassis	anos	10			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassis	%	65,18	667.400,00	435.011,32	
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>435.011,32</b>	<b>3.625,09</b>	
Custo de aquisição da caçamba	unidade	1	174.000,00	174.000,00	
Vida útil da caçamba	anos	10			
Idade da caçamba	anos	0			
Depreciação da caçamba	%	65,18	174.000,00	113.413,20	
<b>Depreciação mensal da caçamba</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>113.413,20</b>	<b>945,11</b>	
<b>Total da frota</b>				<b>4.570,20</b>	
Fator de utilização				1,00	<b>4.570,20</b>

Pontua-se que o valor acima foi inserido na planilha sem explicitar memória de cálculo que permita aferir a aderência desse número ao mercado e aos parâmetros mínimos necessários à execução.

A inconsistência se evidencia quando confrontada com a cotação anexada do chassi indicado para operação de maior carga (Atego 2730), cujo valor de mercado é superior, reforçando que o orçamento estimativo não está aderente à realidade dos insumos necessários.

Item (Lote 01)	Valor na planilha	Valor na cotação	Diferença	% (cotação vs. planilha)
<b>Caçamba basculante – Chassi (comparativo Atego 2730)</b>	R\$ 667.400,00	R\$ 720.000,00	R\$ 52.600,00	7,88%

Aqui, além do descolamento em relação ao mercado, a ausência de memória de cálculo impede o controle do parâmetro adotado, contrariando o dever de estimativa compatível e verificável (art. 23), com potencial distorção na formação do preço global do lote.

Registre-se, ainda, que o valor de R\$ 667.400,00 utilizado para o chassi da caçamba basculante coincide com o valor adotado no Lote 03 para o veículo *roll-on*, o que sugere reaproveitamento indevido de parâmetro entre itens de naturezas distintas, sem justificativa técnica e sem memória de cálculo, reforçando a inconsistência do orçamento estimativo.

#### 4.8.3 Lote 02 – Coleta seletiva (chassi Atego 1726)

No Lote 02, a planilha igualmente utiliza o custo de aquisição do chassi no patamar de R\$ 496.500,00, enquanto a cotação anexada do modelo Atego 1726 registra R\$ 562.000,00, replicando-se a mesma defasagem verificada no Lote 01. Senão vejamos:



3.1.1 Veículo Coletor (Compactador 15 m³)					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	496.500,00	496.500,00	
Vida útil do chassis	anos	10			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassis	%	65,18	496.500,00	323.618,70	
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>323.618,70</b>	<b>2.696,82</b>	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	225.040,14	225.040,14	
Vida útil do compactador	anos	10			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	65,18	225.040,14	146.681,16	
<b>Depreciação mensal do compactador</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>146.681,16</b>	<b>1.222,34</b>	
<b>Total da frota</b>				<b>3.919,17</b>	
Fator de utilização				1	<b>3.919,17</b>

Vejamos a tabela comparativa:

Item	Valor na planilha	Valor na cotação	Diferença	% (cotação vs. planilha)
<b>Chassi (Atego 1726)</b>	R\$ 496.500,00	R\$ 562.000,00	R\$ 65.500,00	13,19%

O subdimensionamento, aqui, afeta o custo-base do item e repercute no equilíbrio da composição de preços, com risco de propostas baseadas em premissa econômica incorreta.

#### 4.8.4 Lote 03 – Transporte de volumosos (chassi + implemento roll-on) - ausência de discriminação do implemento no custo total

No Lote 03, além da incompatibilidade com o mercado, verifica-se deficiência adicional: a planilha indica custo como se abrangesse “chassi + equipamento *roll-on roll-off*”, porém não discrimina o implemento nem apresenta memória de cálculo capaz de demonstrar sua efetiva incorporação ao custo total do conjunto:

3.1.1 Veículo roll-on roll-off					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis + equipamento roll-on r	unidade	1	667.400,00	667.400,00	
Vida útil do chassis	anos	10			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassis	%	65,18	667.400,00	435.011,32	
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>435.011,32</b>	<b>3.625,09</b>	
Custo de aquisição de Caixa	unidade	2	59.198,00	118.396,00	
Vida útil da caixa	anos	10			
Idade da caixa	anos	0			
Depreciação da caixa	%	65,18	118.396,00	77.170,51	
<b>Depreciação mensal do compactador + Basculante</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>77.170,51</b>	<b>643,09</b>	

O quadro se agrava porque a planilha atribui ao conjunto “chassi + equipamento *roll-on roll-off*” o patamar de R\$ 667.400,00, valor que também aparece no Lote 01 para item distinto (caçamba basculante – chassi). Essa repetição entre itens de naturezas diversas indica erro material e reforça

a conclusão de que o implemento, embora mencionado, não foi efetivamente incorporado/somado ao custo total ou, ao menos, não há demonstração verificável dessa composição.

Assim, conforme cotações anexas, o veículo recomendado para a operação é o Atego 2730, cotado em R\$ 720.000,00, ao qual se soma o implemento GR25, orçado em R\$ 115.000,00, totalizando R\$ 835.000,00. A planilha, entretanto, considera R\$ 667.400,00:

Item	Valor na planilha	Cotação/Orçamento	Diferença	% (cotação vs. planilha)
<b>Atego 2730 + GR25 (chassi + implemento)</b>	R\$ 667.400,00	R\$ 720.000,00 + R\$ 115.000,00 = <b>R\$ 835.000,00</b>	R\$ 167.600,00	25,11%

A diferença é expressiva e revela risco claro: o certame, tal como estruturado, pode conduzir a propostas formadas sem internalização do custo real do conjunto, elevando o risco de inexecutabilidade e de posterior controvérsia na execução.

Em termos de planejamento e confiabilidade do orçamento, trata-se de falha incompatível com o art. 23 da Lei n. 14.133/2021 e com a exigência de julgamento objetivo e transparência (art. 5º), devendo ser sanada antes da competição.

Diante de todo o exposto, requer-se a retificação das planilhas/orçamento estimativo, com atualização dos custos de aquisição de veículos (e, quando aplicável, do conjunto chassi + implemento) para patamares compatíveis com as cotações anexas, com memória de cálculo e os ajustes necessários nos reflexos das rubricas correlatas, assegurando-se referências de custo realistas, comparabilidade de propostas e controle efetivo de exequibilidade.

#### 4.9 CLÁUSULA DE ALTERAÇÃO DE ROTAS/ITINERÁRIOS SEM ADITIVO CONTRATUAL - AFRONTA AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO

Impugna-se, por fim, a previsão constante do Termo de Referência segundo a qual poderão ser solicitadas alterações de itinerário/rotas e inclusão de novas áreas, com a indicação de que tais mudanças ocorreriam "sem aditivo contratual" (item 4.3.3).

A redação, como lançada, é juridicamente inadequada porque sugere que a Administração Pública poderá promover modificações na execução – inclusive com potencial aumento do escopo operacional – sem a devida formalização e, sobretudo, sem qualquer margem para análise do impacto econômico-financeiro decorrente dessas alterações.

Em contratações dessa natureza, alterações de rota, inclusão de novos trechos, ampliação de áreas atendidas ou mudanças de itinerário não se limitam a ajustes meramente administrativos: envolvem repercussões diretas em custos de combustível, tempo de ciclo, produtividade, necessidade de frota e equipe, manutenção, desgaste operacional e, em algumas hipóteses, até em adequações de logística e infraestrutura.

É justamente por isso que o ordenamento jurídico assegura ao contratado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, que constitui cláusula pétrea dos contratos administrativos.

Além disso, a expressão “sem aditivo contratual”, se mantida, cria ambiguidade incompatível com a segurança jurídica, pois pode ser interpretada como autorização para impor prestações adicionais ou alterações relevantes por mera comunicação operacional.

Sobre o ponto, o próprio TCU registra que a formalização por termo aditivo, devidamente publicado no PNCP, é condição necessária para que o contratado execute as prestações determinadas pela Administração, ressalvadas hipóteses excepcionais justificadas de antecipação de efeitos (com exigência de formalização posterior em prazo definido e autorização formal registrada).<sup>2</sup>

A Lei n. 14.133/2021 disciplina as hipóteses de alteração contratual (art. 124) e preserva a lógica de que modificações que interfiram nos encargos assumidos devem ser tratadas com formalidade e controle, inclusive para permitir a adequada recomposição quando houver efetivo desequilíbrio.

Portanto, “sem aditivo” não pode significar alteração relevante sem instrumento formal e sem análise de impacto, sobretudo em contrato de serviço essencial e contínuo, em que a previsibilidade econômica e a estabilidade operacional são pressupostos de execução regular.

Diante disso, requer-se o acolhimento da presente impugnação para determinar a retificação do item 4.3.3 do Termo de Referência, de modo a suprimir a expressão “sem aditivo contratual” e estabelecer, com clareza, que eventuais alterações de itinerário/rotas ou inclusão de novas áreas deverão ser formalizadas pelo instrumento adequado e, sempre que implicarem impacto comprovado nos custos ou nos encargos assumidos na proposta, deverão assegurar a devida análise e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, preservando-se a segurança jurídica e a continuidade da execução contratual.

## **5. PEDIDOS**

---

Ante o exposto requer digno-se Vossa Senhoria:

- 1) Receba a presente impugnação, pois preenche os pressupostos para tanto;
- 2) Ao final, acolha os pedidos aqui formulados, para que ocorram as adequações mencionadas nos tópicos acima, para:
  - a. Alterar o modo de disputa de aberto-fechado para fechado-aberto, com republicação e reabertura de prazos;
  - b. Retificar o orçamento/planilha do Lote 01 para incluir, de forma expressa, os custos de motorista reserva e coletores reserva (com os respectivos reflexos);

---

<sup>2</sup> [6.2. Alteração do contrato | Licitações e Contratos](#)

- c. Retificar o Item 4.2 do Lote 01 ("Terreno Transbordo"), mediante apresentação de pesquisa de mercado e memória de cálculo, com adequação do valor aos preços praticados no mercado local;
  - d. Retificar o orçamento/planilha do Lote 02 para incluir, de forma expressa, o custo do coletor reserva (com os respectivos reflexos);
  - e. Retificar o item 4.3.3 do Termo de Referência, suprimindo-se "sem aditivo contratual" e prevendo que alterações de rotas/áreas sejam formalizadas pelo instrumento adequado e submetidas à análise de impacto e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível;
  - f. Retificar o BDI/planilhas de todos os lotes/itens, para recalcular o ISS com a alíquota correta (3%), conforme Código Tributário Municipal (subitem 7.09), com atualização dos valores de referência;
  - g. Harmonizar os quantitativos entre Termo de Referência e planilhas, com a retificação das planilhas/orçamento para refletir os volumes do TR, notadamente: Item 01 (800 t) e Item 03 (200 t);
  - h. Atualizar o parâmetro de mão de obra nas planilhas/orçamento, substituindo o salário-mínimo de 2025 (R\$ 1.518,00) pelo salário-mínimo vigente em 2026 (R\$ 1.621,00), conforme Decreto n. 12.797/2025, com a revisão dos valores de referência;
  - i. Determinar a retificação das planilhas/orçamento quanto aos custos de aquisição dos veículos (chassis e, quando aplicável, chassi + implemento), para adequação aos valores de mercado demonstrados nas cotações anexas;
- 3) Requer-se ainda que, após o julgamento da presente impugnação, seja disponibilizada decisão expressamente motivada, com indicação clara das providências adotadas, garantindo-se a observância dos princípios da motivação, publicidade e segurança jurídica;
- 4) Por fim, requer-se que seja determinada nova publicação do edital ora impugnado.

Pede deferimento.

Videira/SC, 3 de fevereiro de 2026.

**VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**